

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa
Suélen Hara
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa
Suélen Hara
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Suélen Hara

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E38 Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão / Organizadores Edwaldo Costa, Suélen Hara. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-386-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.863211008>

1. Inclusão escolar. 2. Educação inclusiva. I. Costa, Edwaldo (Organizador) (Organizadora). II. Hara, Suélen (Organizadora) (Organizador). III. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos aos nossos leitores o e-book “Elementos Norteadores e Ações Político-pedagógicas para a Inclusão”. A obra traz um conjunto de contribuições voltadas a diferentes áreas da Educação. Esse e-book é composto por 14 capítulos de 32 pesquisadores.

A obra leva a público um conjunto de escritos que abordam as seguintes temáticas: inclusão escolar e as fragilidades da escola; confecção de órteses para crianças da educação infantil; prática do *bullying*; tecnologia assistiva, nanismo e permanência na escola; ensino remoto durante a Pandemia de Covid-19; o papel do psicopedagogo numa instituição de ensino profissionalizante; o programa Universidade para Todos na Universidade do Estado da Bahia; Teorias da Justiça de John Rawls e Amartya Sen; conhecimento científico e formação docente; acessibilidade de deficientes visuais; relações interpessoais dos professores de educação especial; inclusão nos anos iniciais do fundamental e evasão acadêmica.

Espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa para a comunidade científica e profissionais da área. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, sabemos ainda, o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!


Edwaldo Costa
Suélen Hara

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INCLUSÃO ESCOLAR E AS FRAGILIDADES DA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE BOURDIEU

Rosalina Maria de Lima Leite do Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110081>

CAPÍTULO 2..... 13

CONFECÇÃO DE ÓRTESES PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PESQUISA COM INTERVENÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL DA UNIARP

Vanessa Tumelero

Marlene Zwierewicz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110082>

CAPÍTULO 3..... 23

A PRÁTICA DO *BULLYING* CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A SUA REPERCUSSÃO EM MEIO A SOCIEDADE

Cassiane de Melo Fernandes


Lorena Fachini dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110083>

CAPÍTULO 4..... 39

A TECNOLOGIA ASSITIVA NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA SURDA

Elzeni Bahia Gois de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110084>


CAPÍTULO 5..... 50

DEFICIÊNCIA FÍSICA - NANISMO: OS DESAFIOS AO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Gilberto Otaviano da Silva

Paula Alves Magnani Seabra

Manoel Osmar Seabra Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110085>

CAPÍTULO 6..... 63

ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Edwaldo Costa

Suélen Keiko Hara Takahama


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110086>

CAPÍTULO 7..... 74

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE: INSTRUMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS PARA IDENTIFICAR PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Jacqueline Kelli Fuzetti

Elaine Cristina Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110087>


CAPÍTULO 8..... 85

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UMA OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ana Cleide Santos de Souza

Neila Barreto Fernandes

Maria Alice Carvalho Sacramento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110088>


CAPÍTULO 9..... 98

PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DAS TEORIAS DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS E AMARTYA SEN

Beatriz Fracaro

Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello

Luciane Sobral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110089>

CAPÍTULO 10..... 115

PESQUISA COLABORATIVA: CONEXÃO ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DOCENTE


Emne Mourad Boufleur

Morgana de Fátima Agostini Martins

Alessandra Viegas Josgrilbert

Maria de Fátima Viegas Josgrilbert

Roseli Áurea Soares Sanches


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100810>

CAPÍTULO 11..... 130

DESENVOLVIMENTO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO TATÉIS PARA ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS

Raquel Rosa de Souza

Carmen Iara Walter Calcagno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100811>

CAPÍTULO 12..... 142

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS OUTROS ATORES DO AMBIENTE ESCOLAR

Osni Oliveira Noberto da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100812>

CAPÍTULO 13..... 152

TV TRADUTORA: UM NOVO OLHAR PARA A INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL

Francisco Lucas Nicolau da Silva

Iarla Antunes de Matos Arrais
Samya de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100813>


CAPÍTULO 14..... 159

PROGRAMA FOCOO: POTENCIALIZANDO TALENTOS E REDUZINDO A EVASÃO DOS ACADÊMICOS

Jefferson dos Santos Funaro

Claudio Vaz de Araújo

Rosana Servelin Igual

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100814>

SOBRE OS ORGANIZADORES 166

ÍNDICE REMISSIVO..... 167

CAPÍTULO 6

ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Data de aceite: 02/08/2021

Edwaldo Costa

Pós-Doutorando na Daphne Cockwell, Ryerson University – Canadá e Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
<https://orcid.org/0000-0002-3416-3815>

Suélen Keiko Hara Takahama

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Especialista em Educação Especial (PUC-MG)
<https://orcid.org/0000-0002-7490-4913>

RESUMO: A pandemia COVID-19 exacerbou as desigualdades no acesso a oportunidades educacionais de populações marginalizadas, especialmente pessoas com deficiência. Embora muitos países no mundo tenham tomado uma série de medidas para lidar com essas desigualdades por meio de uma série de soluções de ensino aberto e à distância (EAD), evidências emergentes indicam que essas soluções raramente incluíram alunos com deficiência. O ensino à distância se tornou uma barreira crucial para fornecer educação inclusiva de uma forma de qualidade para alunos com deficiência. Nem todas as instituições de ensino ou alunos possuem o equipamento necessário para um ensino à distância eficaz. Durante os períodos de crise, todas as fragilidades do sistema educacional são potencializadas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os limites

e as possibilidades da educação inclusiva a partir do trabalho remoto do professor frente à proposta de um novo contexto educacional com a finalidade de identificar os caminhos criados durante a Pandemia de Covid-19 que possam compor para o processo de superação do que está instituído no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação; Pandemia.

REMOTE EDUCATION IN INCLUSIVE EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has exacerbated inequalities in access to educational opportunities for marginalized populations, especially people with disabilities. Although many countries around the world have taken a range of steps to address these inequalities through a range of open and distance learning (ODL) solutions, emerging evidence indicates that these solutions excluded students with disabilities. Distance learning has become a crucial barrier to providing quality inclusive education for students with disabilities. Not all educational institutions or students have the necessary equipment for effective distance learning. During periods of crisis, all the weaknesses of the educational system are heightened. This research aims to analyze the limits and possibilities of inclusive education based on the teacher's remote work in view of the proposal of a new educational context in order to identify the paths created during the Covid-19 Pandemic that may compose for the process of overcoming what is instituted in the daily school life.

KEYWORDS: Special Education; Remote

1 | INTRODUÇÃO

Podemos considerar que a inclusão escolar no Brasil teve uma evolução considerável, principalmente na década de 90, quando houve sua inserção no contexto de reforma educacional do sistema educacional e pelo caloroso debate da inclusão escolar, envolvendo uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total. Este debate iria se acirrar ainda mais com a imposição de medidas políticas mais radicais e pouco consensuais (Mendes, 2006).

Dessa forma o sistema educacional torna-se o primeiro passo rumo a uma sociedade inclusiva. Neste sentido, o interesse pelo tema surgiu a partir da necessidade de se discutir, colaborar e buscar maneiras para um melhor entendimento sobre a Educação especial.

Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, necessariamente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida. Essa diversidade inclui não somente diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas também aprender as competências, as peculiaridades de cada um.

A pandemia COVID-19 exacerbou as desigualdades no acesso a oportunidades educacionais de populações marginalizadas, especialmente pessoas com deficiência. Embora muitos países no mundo tenham tomado uma série de medidas para lidar com essas desigualdades por meio de uma série de soluções de ensino aberto e à distância (EAD), evidências emergentes indicam que essas soluções raramente incluíram alunos com deficiência.

Sabe-se que muitas escolas e sistemas de ensino, sobretudo os de escolas privadas, adotam plataformas online como ferramenta complementar na educação básica, como mecanismos que integram as aulas presenciais, conforme permite a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional, LDBEN (1996) quando discorre sobre a organização do ensino fundamental no artigo 32: “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”, Art 32, parágrafo 4º da LDB/96. Nas escolas públicas, a presença de tecnologias ainda é uma realidade pouco presente, visto que o investimento em educação, nos seus vários setores, ainda é muito aquém do que deveria para que pudéssemos ter um verdadeiro avanço na educação brasileira.

No Brasil, no mês de março de 2020, aconteceu a suspensão das aulas nos estados e municípios, nas redes pública e privada, na educação básica e também no ensino superior por causa da pandemia de Covid-19. Diante deste contexto, o Ministério da Educação do Brasil (MEC) autorizou a utilização de aulas online nas várias modalidades de ensino,

cabendo as instituições a reorganização dos calendários e da dinâmica de dias letivos, algumas escolas optaram pela alteração do calendário de férias.

Crianças em idade escolar continuam afetadas pelo fechamento de escolas e enquanto lutam com as realidades da aprendizagem remota em meio à pandemia COVID-19, as desigualdades inerentes no acesso a ferramentas e tecnologia ameaçam aprofundar a crise global de aprendizagem.

A pesquisa ora apresentada, quanto ao método de abordagem, é qualitativa. Para Vergara (2015), a pesquisa qualitativa está relacionada em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opiniões e as expectativas dos indivíduos de uma população. Quanto a técnica de pesquisa, foi bibliográfica. Ou seja, “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” No que diz respeito à coleta de dados, a pesquisa também classifica-se como documental.

Do ponto de vista da educação inclusiva, os professores estão assumindo novas funções e responsabilidades. Esses professores, comprometidos com os princípios da inclusão, estão superando desafios da instrução remota e tentam adequar o currículo usando os recursos que o ensino remoto oferece.

2 | INCLUSÃO

A escola inclusiva deve contar com professores capacitados, infraestrutura totalmente adaptada para alunos com NEE, além do fornecimento de materiais didático-pedagógicos para o aprendizado efetivo. Para que a inclusão faça parte da educação, não basta apenas o professor ter uma formação na área, é preciso que todos os envolvidos no âmbito da escola estejam dispostos a se aperfeiçoarem, para que, assim, busquem planejar ações e programas mais bem estruturados, independente se o ensino é remoto ou não (NASCIMENTO, 2009).

Nesse momento, em que as aulas presenciais estão suspensas e que o maior recurso é o audiovisual através da internet, a maior preocupação é como conseguir que alunos e professores estejam presentes e prontos para que o ensino-aprendizado aconteça de forma efetiva e, principalmente, que o ensino seja inclusivo e não excludente. As condições sociais dos estudantes também devem ser levadas em consideração neste processo, visto que o meio pelo qual as aulas acontecem pode não estar disponível a todos os que precisam.

Essas diferenças como características, linguagem, cultura, deficiência entre outras diversidades identificadas, realizam um papel de adaptação no convívio entre os grupos e as condições de vida na sociedade. O convívio entre grupos torna-se uma tarefa quase que difícil, visto que o conteúdo mencionado traz como resultados uma sociedade ainda em adaptação com as diferenças (GLAT, 2007).

2.1 Educação inclusiva

Os avanços no pensamento sociológico, fisiológico e legal vem exigindo, por parte do sistema educacional, o abandono das práticas segregacionistas que ao longo da história, marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas (GLAT, 2007).

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos (GLAT, 2007).

A Constituição Federal de 1988 prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (art. 205). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por sua vez, refere que as mesmas são:

Antes de mais nada, pessoas. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana (BRASIL, 2011, p. 12).

As escolas estão diante de um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação básica, por meio da inclusão escolar, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as necessidades educacionais especiais (GLAT, 2007).

A política atual de Educação Especial, com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, afirma o compromisso com uma nova abordagem que tem como horizonte a inclusão. Dentro dessa visão, a educação especial amplia-se passando a abranger, além das dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, também aquelas que são vinculadas a uma causa orgânica específica.

Certas necessidades educacionais são comuns a todos os alunos, e os professores conhecem muitas estratégias para encontrar as respostas. Outras necessidades educacionais podem requerer uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado para que o aluno tenha acesso ao currículo (CARVALHO, 2009).

Uma criança com deficiência visual, por exemplo não teria problema em aprender matemática, português, ciências, se fosse lhes ensinado em Braille ou fosse proporcionado recursos ópticos e materiais específicos. Algumas necessidades educacionais requerem mais tempo para aprender conteúdos; outras como as dos surdos requerem a utilização de

outros recursos para se permitir o acesso aos conteúdos (CARVALHO, 2009).

A escola inclusiva é tendência internacional desde o final do século. É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais (GLAT, 2007).

O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que de conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário (GLAT, 2007).

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um “ensino diversificado”, para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular.

As atividades não são graduadas, para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que seus alunos as escolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas.

A educação, que poderia ser definida como recurso ideal para a formação de lideranças, começa a sofrer uma revisão importante, buscando dar ao aluno com deficiência a oportunidade de ser uma pessoa participante do processo educacional regular, permitindo uma ampliação das relações sociais e dos modelos a eles oferecidos (NEVES, 2000, p. 29).

O professor tem deveres para com o aluno, sua família, a escola na qual trabalha e, de um modo geral para com a própria sociedade. Ele deve levar em consideração para o seu planejamento de aulas além do desenvolvimento das diversas habilidades do aluno, a significação que as atividades escolares poderão adotar, e as consequências destas nas várias dimensões da vida humana, a partir do momento em que, a educação, enquanto processo social está profundamente vinculado à cultura de sua época e de seu povo, e conseqüentemente à estruturação da sociedade como um todo, englobando aspectos sociopolíticos e econômicos (CARVALHO, 2009).

Assim essas significações poderão ser perpetuadas, transformadas ou aprimoradas, de acordo com os objetivos pré-estabelecidas pelo professor em conjunção com a equipe pedagógica (CARVALHO, 2009).

Os professores precisam estar sensibilizados com o processo de inclusão, precisam de criatividade e de espírito crítico para poderem atuar nesse campo onde há muita exclusão. A exclusão não é só na escola, mas na sociedade como um todo, por isso o processo deve ir além da educação, ou seja, o processo deve ser de uma sociedade inclusiva.

A família é fundamental nesse processo, pois é na família que se aprende as questões sociais básicas, é na família que a criança aprende agir e a se comportar, a família é a origem da identidade do aluno (CARVALHO, 2009).

A inclusão necessita da cooperação entre todos os alunos, nas subdivisões de uma

sala de aula, os alunos com deficiência mental podem aderir a qualquer grupo de colegas, sem formar um grupo à parte, constituído apenas de alunos com deficiência ou problemas na aprendizagem (GLAT, 2007).

Para conseguir realizar esse trabalho de acordo com as propostas educacionais, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada (GLAT, 2007).

Para que dessa forma os alunos com deficiência possam ser naturalmente valorizados pelo reconhecimento de suas capacidades e respeito à suas limitações.

Há necessidade de olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais (VARELA, 1995, p. 24).

O atendimento especializado deve ser realizado em espaço físico adequado ou adaptados, contendo mobiliário, material pedagógico e equipamentos apropriados ao trabalho a ser desenvolvido, de acordo com as necessidades da criança.

Para que o processo de integração dessas crianças possa acontecer de fato, há que se envolver toda a comunidade, de forma que o trabalho desenvolvido tenha sustentação. É preciso considerar este trabalho como parte de um projeto educativo da instituição (GLAT, 2007).

De forma ampla a educação compreende os processos formativos sociais variando conforme a organização política, legal, religiosa, e os costumes de uma sociedade. De forma estrita a educação ocorre em instituições escolares ou não, com finalidades de instrução e ensino.

Na integração, para que um aluno com necessidades educacionais especiais pudesse estar numa classe regular, era necessário que apresentasse dificuldades médias ou comuns. Na inclusão, todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem suas características pessoais (ARNAIZ, 2005, p.14).

As influências educativas podem ser caracterizadas como não-intencional, são aquelas geradas pela influência do meio ambiente sobre os indivíduos. Correspondentes ao processo de aquisição de valores que não estão ligados a ação de uma instituição. E a educação intencional que são as influências estabelecidas pela educação escolar, onde há métodos e técnicas de se provocar as idéias (GLAT, 2007).

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, organização e práticas sistematizadas. É pela educação escolar que os conhecimentos são democratizados. O processo educativo está condicionado pelas relações sociais.

A prática da educação escolar é assegurada pela pedagogia. A pedagogia é um

campo de conhecimento que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, preparando-os para a vida social. Como ciência a pedagogia estuda a educação, a instrução e o ensino (CARVALHO, 2009).

O processo de inclusão caracteriza-se pelo movimento feito pela sociedade a fim de adaptar-se para poder introduzir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, essas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e equiparação de oportunidades para todos.

MACHADO (2006) ressalta a significância da inclusão nas escolas:

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aula do ensino regular, motivando um profundo redimensionamento nos processos de ensino e de aprendizagem.

O desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis. Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, mediante a necessária adaptação e suplementação curricular. Outros, entretanto, com mais dificuldades, poderão necessitar de processos especiais de ensino, apoios intensos, contínuos e currículo alternativo que correspondam às suas necessidades na classe comum (CARVALHO, 2009).

Observa-se maior resistência para inclusão em escolas e instituições que ainda se apoiam no modelo médico da deficiência, em técnicas de reeducação, educação compensatória ou de prontidão para inclusão.

O conceito de necessidade educacional especial vem romper com essa visão reducionista de educação especial centrada no déficit, na limitação, na impossibilidade do sujeito de interagir, agir e aprender com os demais alunos em ambientes menos restritivos possíveis (GLAT, 2007).

O enfoque da proposta inclusiva é sociológico e relacional. O eixo teórico-metodológico da abordagem sociológica em educação é explicitada por Becker:

Quando você pensa na sociedade como ação coletiva sabe que qualquer conversa sobre estrutura ou fatores acaba por se referir a alguma noção de pessoas que fazem coisas juntas, que é o que a sociologia estuda. (Becker, 1977, p. 10).

Aprender a trabalhar com a inclusão é um desafio para os docentes e para a escola de modo geral, que necessitam criar meios para aprender a trabalhar com perspectiva. Assim, o professor, cuja função é ensinar, tem também a necessidade de aprender. Os

professores precisam estar sensibilizados com o processo de inclusão, precisam de criatividade e de espírito crítico para poderem atuar nesse campo onde há muita exclusão (GLAT, 2007).

A exclusão não é só na escola, mas na sociedade como um todo, por isso o processo deve ir além da educação, ou seja, o processo deve ser de uma sociedade inclusiva. A família é fundamental nesse processo, pois é na família que se aprende as questões sociais básicas, é na família que a criança aprende agir e a se comportar, a família é a origem da identidade do aluno (CARVALHO, 2009).

É muito comum encontrar no cotidiano das escolas, uma ampla ação pedagógica e administrativa repleta de ideologias que evocam práticas assistencialistas, sentimentais e piedosas voltadas para as pessoas portadoras de necessidades especiais (GLAT, 2007).

O que tais práticas revelam, é que na verdade seus educadores não acreditam que os alunos com necessidades especiais estão na escola para usufruir dela o direito de desenvolver suas potencialidades e pensam que os mesmos nela estão para serem tratados como alguém que não é capaz de desenvolver-se e que por sua deficiência está destinado a não chegar a lugar nenhum (CARVALHO, 2009).

O que tais educadores não entendem é que a educação especial é assim denominada apenas por causa da necessidade de se adequar metodologias e técnicas ao aluno portador de necessidades.

Neste contexto, podemos perceber que não basta aderir ao processo de inclusão, é necessário ultrapassar barreiras, é preciso acreditar e criar oportunidades de convivência e a aproximação de forma flexível e objetiva (CARVALHO, 2009).

Acredita-se que a Educação Inclusiva é um desafio que obriga a repensar a escola e suas práticas pedagógicas. Sabe-se que as conquistas como área de conhecimento e prática profissional contribuíram muito neste processo de inclusão, mas muito ainda tem que ser feito. É só a partir do diálogo que podemos dar uma nova forma de se pensar como a escola poderá agir.

Kunc (1992), fala sobre inclusão:

“o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”.

A inclusão escolar deve ser um processo no qual haja o respeito às diferenças, onde se desvele os limites segregados da padronização e homogeneização, no sentido de construir uma cultura na qual a diferença tenha espaço para expressar e interagir, aprendendo e ensinando, produzindo novas concepções e novos conhecimentos (CARVALHO, 2009).

2.2 A educação inclusiva em tempos de pandemia

A pandemia de coronavírus e o fechamento das escolas podem ser especialmente

assustadores. Na escola, eles recebem atenção individualizada de profissionais treinados e profundamente familiarizados com suas formas únicas de pensar, perceber e processar. Mas nenhuma quantidade de amor e carinho em casa pode transformar um pai comum em um professor de educação especial da noite para o dia. Nem pode capacitá-los a praticar terapia ocupacional, fonoaudiológica ou física - serviços que são fornecidos em muitas escolas, mas nem sempre são cobertos pelo seguro e, portanto, podem estar fora de alcance (OLIVEIRA, SILVA e MEDEIROS, 2020).

O ensino remoto tem sido especialmente desafiador para as crianças com deficiência, que podem se beneficiar particularmente da educação presencial e da rotina de ir à escola.

Para muitos alunos de educação especial, as ferramentas que outras crianças estão usando para tornar a educação remota possível plataformas online simplesmente não estão acessíveis. Os alunos com deficiência costumam usar tecnologia assistiva; por exemplo, um aluno com deficiência visual pode usar um software leitor de tela para que o texto seja lido em voz alta ou um leitor de braille para ler o texto por conta própria. Mas muitas plataformas online não são compatíveis com tecnologia assistiva e mesmo quando são, outros problemas surgem com frequência (OLIVEIRA, SILVA e MEDEIROS, 2020).

Essas ferramentas de tecnologia geralmente carecem dos recursos de acessibilidade básicos e necessários para torná-las utilizáveis por crianças com deficiência. E, mesmo quando as ferramentas são feitas com recursos, elas exigem tecnologia que não está prontamente disponível para muitos alunos. Mesmo com o uso de rádio ou TV, aprimorar essas plataformas com recursos de acessibilidade é fundamental para garantir a continuidade da instrução para todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência.

A importância de fornecer soluções de qualidade, eficazes, de baixo custo, de baixa tecnologia e sem tecnologia, como a entrega de documentos em papel que leve em consideração o manuseio e distribuição seguros, não deve ser subestimada.

Também é necessário pensar no problema que possa existir com a falta de acesso às tecnologias, outro fator que também deve ser levado em consideração é a contribuição dos responsáveis na educação dos alunos, especialmente no atual cenário educacional. A falta do acompanhamento escolar, atrelado ao isolamento social, podem comprometer a saúde física e mental de todos os envolvidos no processo.

Durante os períodos de crise, todas as fragilidades do sistema educacional são potencializadas. Como foi dito uma das principais fragilidades foi a inclusão de alunos com deficiência, evidenciada pela incapacidade do ensino à distância para atender às suas necessidades (OLIVEIRA, SILVA e MEDEIROS, 2020).

Os alunos com deficiência podem ter sido impactados pela Covid-19 não apenas pela interrupção de seu aprendizado, mas também pelo estresse emocional.

Nesta mudança repentina, os professores podem enfrentar desafios adicionais relacionados ao uso de tecnologia e dispositivo conectividade e também para encontrar as melhores estratégias para desenho de currículo no ambiente online (OLIVEIRA, SILVA e

MEDEIROS, 2020).

A ausência de formação continuada e de especialização em educação inclusiva de professores, assim como de toda a equipe pedagógica, torna o ensino para alunos com deficiência mais difícil, uma vez que, durante o ensino remoto, é preciso a atuação de uma equipe multiprofissional, cada um com uma função específica determinada, para contribuir para a efetivação da inclusão (SHIMAZAKI et al., 2020).

Diante dos dados apresentados por esse trabalho, é evidente que professores precisam ser devidamente capacitados na área da educação inclusiva para poderem contribuir positivamente no ensino e aprendizagem de todos os alunos, sem distinção.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de Pandemia da Covid-19, a Educação Especial Inclusiva se obrigou a repensar a escola e suas práticas pedagógicas. A pandemia expõe a necessidade de se desenvolver, políticas públicas de educação, que busquem ações voltadas para a preservação da dignidade, identidade cultural, do respeito à diferença e inclusão dos alunos que neste momento estão privados do direito a educação.

Neste cenário, todos os envolvidos no processo educacional devem unir forças no sentido de pensar e de refletir estratégias adaptáveis a cada realidade, para que os impactos dessa crise sejam pelo menos atenuados (OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Professores de todo o país vivem o desafio de práticas pedagógicas desconhecidas e precisaram se adequar a um novo modo de ensino que não contempla as condições de aprendizagens específicas de muitos estudantes. Em razão disso, foi preciso criar e disponibilizar materiais e recursos diversificados, aliados a propostas curriculares. Tal situação também pode nos ajudar a pensar recursos pedagógicos menos engessadas não só para os estudantes com deficiência, mas para todos os alunos envolvidos neste processo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.P. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. Teresina. Em Rede, v. 7, n. 1, p. 257-275, maio, 2020.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar. 1977.

BRASIL (2020). Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/portaria-n-343-de-17-de-marco-de20202485643>. Acesso em: 01 ago. 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**.1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, R. **Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar.** [S. l.: s. n], 2006

OLIVEIRA Joyce Inácia ; SILVA Manoel M Lemos ; MEDEIROS Leonardo Rafael. **Reflexões sobre a inclusão durante o ensino remoto em escolas do rio grande do norte.** . Recife. VII cointer PDVL 2020.

VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Psy, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 24, 40, 43, 46, 48, 50, 55, 56, 60, 71, 114, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 141

Alunos 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 118, 122, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160

Amartya Sen 41, 98, 99, 100, 103, 110, 112, 113, 114

Ambiente escolar 28, 51, 53, 57, 81, 82, 108, 142, 144, 145, 149, 150

Aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 14, 18, 29, 32, 37, 44, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 93, 115, 118, 121, 122, 126, 143, 145, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Atores do ambiente escolar 142

B

Bourdieu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Bullying 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38

C

Conhecimento científico 3, 4, 5, 115

Covid-19 63, 64, 71, 72

D

Deficiência física 32, 50, 51, 53, 57

Deficientes visuais 130, 132, 139, 141

Dificuldades 8, 10, 15, 27, 30, 31, 32, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 66, 68, 69, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 105, 107, 116, 127, 145, 148, 156, 160

Docentes 11, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 69, 74, 82, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 146, 147, 148, 149

E

Educação especial 15, 21, 26, 37, 38, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 107, 108, 128, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 166

Educação infantil 13, 16, 18, 19, 20, 86, 116, 147, 150, 166

Ensino 5, 6, 9, 15, 16, 17, 19, 31, 36, 37, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 105, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 126, 128, 131, 134, 143, 147, 148, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162

Ensino fundamental 64, 86, 116, 152, 156, 157, 160

Ensino remoto 63, 65, 71, 72, 73

Ensino superior 64, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 114, 161

Escola 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 38, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 82, 83, 84, 86, 95, 108, 115, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 160, 166

Evasão 29, 159, 161

Evasão escolar 29

F

Formação docente 13, 16, 18, 19, 115, 116, 125, 126, 127, 128, 129, 143, 150

Fragilidades da escola 1

I

Inclusão 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 85, 88, 90, 93, 94, 98, 99, 100, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 126, 128, 131, 140, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 160, 164

Inclusão escolar 1, 2, 7, 11, 12, 22, 53, 55, 60, 64, 66, 69, 70, 128, 150, 151

Inclusão nos anos iniciais do fundamental 152

Instrumentos psicopedagógicos 74, 77

J

John Rawls 98, 99, 100, 103, 113

N

Nanismo 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60

Nanismo na escola 51, 53, 55, 56

O

Órteses para crianças 13, 16

P

Permanência na escola 50, 52, 86

Pesquisa colaborativa 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Pesquisa com intervenção do Mestrado Profissional da UNIARP 13

Pessoa com deficiência no Brasil 98, 99, 100, 106

Pessoa surda 39, 41

Placas táteis 130, 131, 132, 139

Potencializando talentos 159

Problemas de aprendizagem 74

Professores 1, 8, 9, 11, 18, 20, 22, 30, 33, 53, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 77, 79, 82, 91, 93, 95, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 154, 160

Programa universidade para todos 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96

Psicopedagogo 74, 76, 77, 82, 83, 84

Q

Qualidade de vida 17, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 60, 104, 160, 163

R

Relações interpessoais 27, 28, 75, 142, 144, 150

S

Sala de aula 31, 40, 45, 58, 59, 67, 68, 82, 121, 122, 127, 128, 144, 147, 148, 154, 156, 164, 165

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 51, 54, 55, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 112, 118, 121, 123, 124, 126, 131, 153, 154, 157, 159, 160, 162

Surdez 157

T

Tecnologia assistiva 39

Teorias da Justiça 98, 99, 112, 113

Transformação social 5, 85





TV tradutora 154

U

UNIARP 13, 14, 16, 20

Universidade do Estado da Bahia 85, 89, 90, 96, 97, 142, 144

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br